

**O Crescimento Econômico Mundial e as Mulheres:  
Há Espaço para Progredir?**

Artigo apresentado ao Instituto Global Attitude, ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial como parte dos requisitos para participação no Spring Meetings IMF & World Bank, April 17-19, 2015, em Washington D.C.

Itali Pedroni Collini

Graduanda em Economia

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

Universidade de São Paulo

**Resumo:**

Lagarde (2013) notou que o progresso em relação à equidade de gênero no mundo estagnou e, apesar da inegável evidência de que a inclusão de gênero faz sentido econômico, político e social, o hiato de gênero não está sendo fechado rápido o suficiente. As mulheres ainda enfrentam *glass ceilings*, *glass walls* e até *glass cliffs*. Os desafios de crescimento, criação de postos de trabalho e inclusão são intimamente relacionados, ao mesmo tempo em que desenvolvimento e estabilidade são necessários para dar às mulheres oportunidades, a participação delas no mercado de trabalho também é componente do crescimento. O presente artigo tem como objetivo estudar, através de uma bibliografia econômica e de gênero, o quadro das mulheres de países contemplados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial na economia, a inserção feminina através do mercado de trabalho formal, seus desafios e barreiras na busca por ascensão e o consequente impacto para economia mundial.

**Palavras-chave:** gênero, crescimento, economia mundial, inclusão, desenvolvimento.

## 1. Introdução:

O Fundo Monetário Internacional estima que as mulheres já ultrapassaram pouco mais da metade da população mundial, porém ainda representam um terço da força de trabalho real. Apesar do progresso significativo nas décadas recentes, o mercado de trabalho ao redor do mundo ainda é dividido ao longo das linhas de gênero, ou da divisão sexual do trabalho, e a escalada em direção à igualdade de gênero estagnou. As mulheres ainda são maioria no trabalho não remunerado, e quando elas estão em postos remunerados ainda são maioria no setor informal e entre os trabalhadores mais pobres (Lagarde 2013).

Estudos já apontam ampla evidência de que quando as mulheres têm oportunidade de desenvolver na totalidade o seu potencial de trabalho, é possível que a sociedade obtenha ganhos significativos. O aumento da Taxa de Participação da Força de Trabalho Feminina (Female Labor Force Participation Rate, FLFPR)<sup>1</sup> poderia impulsionar o PIB americano em 5%, o japonês em 9% e o egípcio em 34%. Quanto menor a FLFPR de um país, mais ele poderia se beneficiar da entrada de mulheres nos postos de trabalho remunerado (Aguirre, 2012).

Através de leituras que versam sobre gênero e o quadro social, econômico e político da mulher no mercado de trabalho, este artigo pretende apresentar alguns dados relevantes para a relação entre gênero e crescimento econômico mundial, investigando se há possibilidade de progresso no que tange às desigualdades de gênero e se essa possibilidade é acompanhada de algum tipo de vantagem para a conjuntura mundial, que passa por uma frágil recuperação com tendências divergentes entre países desenvolvidos e emergentes.

A segunda seção, Revisão Bibliográfica, apresentará as fontes e bases de informação do artigo, delineando a ótica a ser usada para análise. A terceira seção Análise foi designada para compilar observações, críticas e discussão de possíveis propostas para a questão de gênero e inclusão por meio da ação coletiva, tema do Spring Meetings IMF World Bank 2015. Por fim, a seção Conclusões apresentará brevemente as reflexões contidas no artigo.

---

<sup>1</sup> A Taxa de Participação da Força de Trabalho Feminina é dada em porcentagem da população feminina com idade maior de 15 anos.

## 2. Revisão Bibliográfica:

### 2.1 Gênero

O conhecimento a respeito da determinação de papéis de gênero é pouco difundido fora das ciências sociais e, muitas vezes, cercado por estereótipos que contribuem para a negligência com que essa ótica é tratada na universidade e na ciência econômica. É preciso desmistificar os termos. Joan Scott (1989) executa essa tarefa de maneira muito clara quando explica que o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social, desmistificando características que são consideradas 'naturais' do sexo feminino ou masculino ao explicitar construções sociais e históricas que as determinaram. De acordo com ela (Scott, 1989):

*Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. **O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.** Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. (...) O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade. (Scott, 1989)*

Por constituir uma determinação de papéis sociais esperados de indivíduos do sexo masculino ou feminino, a expectativa binária do que significa ser homem ou mulher em cada sociedade não se limita ao imaginário coletivo. Ela é também intrinsecamente conectada à maneira como homens e mulheres são educados e ensinados a pensar individualmente sobre os outros e sobre si próprios, tendo impacto direto sobre a formação e comportamento em sociedade. A divisão sexual do trabalho é consequência dos papéis de gênero designados a homens e mulheres, e a composição do trabalho remunerado e não remunerado é intrinsecamente ligada a tais papéis.

Teóricas(os) que contribuíram para o desenvolvimento da ótica das mulheres mesmo antes do termo aparecer, e hoje são consideradas de gênero, criaram vertentes e conceitos que ajudaram na luta por mudanças estruturais. Podemos assim falar de "feminismos", no plural, e identificar diferentes correntes teóricas, sobre as quais passaremos a discorrer. Iniciaremos com as feministas liberais tradicionais, como Olympe de Gouges, Abigail Adams e, tempos depois, Simone de Beauvoir, que focaram em direitos, justiça e equidade como chaves para eliminar a discriminação em relação à mulher, tratando o poder como um recurso a ser possuído e redistribuído. Por outro lado, as feministas radicais como Gayle Rubin e Kate Millett acreditavam que abordagens reformistas, como as liberais, nunca seriam suficientes para eliminar a opressão enraizada nas instituições patriarcais, e levaram o debate às instâncias do sexo e da reprodução, como meios de atingir a verdadeira libertação feminina. Já as feministas marxistas e socialistas, como Heidi Hartmann e Hester Eisenstein, acreditavam que a sociedade de classes é a causa subjacente da opressão e que o patriarcado<sup>2</sup> e o capitalismo são instituições que se reforçam, sendo necessário olhar para o sistema capitalista também com a ótica de gênero, que foi ignorada por Karl Marx em sua teoria do poder como resultado da dominação. Assim, elas se dedicaram às questões de gênero na classe operária, diferença salarial entre homens e mulheres e valorização do trabalho doméstico. Temos ainda as feministas pós-coloniais e multiculturais<sup>3</sup>, como Charlotte Bunch, e Audre Lorde que, apesar de utilizarem óticas desenvolvidas pelas vertentes

---

<sup>2</sup> Sistema social no qual a diferença sexual serve como base da opressão e da subordinação da mulher pelo homem. (BUARQUE, Heloisa. 2009)

<sup>3</sup> Podem ser chamadas também de feministas globais.

anteriores, argumentam que estas frequentemente falham em reconhecer diferenças importantes dentro da categoria 'mulher', e nesse processo tendem a destacar perspectivas de mulheres brancas e privilegiadas, sendo necessário encarar a diversidade entre as mulheres como um desafio para o ativismo feminista. Há também as ecofeministas, como Susan Griffin e Karen Warren, que abordam a questão de gênero em uma perspectiva mais ampla, argumentando que a dominação humana sobre a natureza e o desejo de controlá-la é intrinsicamente conectada à dominação masculina sobre as mulheres. Com um enfoque mais no indivíduo, encontramos as feministas psicanalíticas, como Carol Gilligan e Nancy Chodorow, que argumentam que a raiz da opressão pode estar no inconsciente, focando suas teorias na análise da psique humana através das leituras dos pioneiros da psicanálise, como Freud (Collini, 2014). Por fim, há as feministas pós-modernas e pós-estruturalistas, como Judith Butler, Luce Irigaray e Rebecca Ropers-Huilman, que interpretam o poder e dominância masculina como um produto da linguagem, da simbologia e da representação de gênero na sociedade, sendo necessário romper oposições binárias através de falas e escritas que desconstruam dicotomias socialmente construídas e a ideia de gênero como uma característica fixa de cada indivíduo (Allan, 2011).

Ainda que rapidamente explicados, do feminismo liberal ao pós-estruturalista, é possível visualizar a grande influência que as teorias de gênero tiveram e ainda podem ter sobre a sociedade e a economia. Seja pela expansão de direitos e acessos, que modificam a composição política, educacional e profissional de uma sociedade. Seja pelo avanço no debate sobre o corpo e a reprodução da mulher, que tem impacto direto na taxa de natalidade e manutenção demográfica. Seja pela abordagem de pautas inter-raciais, interclasses e intersexuais, que podem revelar necessidades de subgrupos e levar à inclusão desses. Seja pela transformação de métodos de pedagogia infantil e adolescente, alterando a formação de jovens e adultos que adentrarão o mercado de trabalho. Conseqüentemente, é notável a influência desses estudos sobre a estrutura socioeconômica e o quadro de desigualdade entre homens e mulheres em contextos específicos. A não percepção de que os estudos de gênero são importantes para qualquer área científica é ainda uma barreira para a produção de pesquisas engajadas no tema em diferentes áreas, o que contribui para a contínua formação de profissionais desatentos às

questões de desigualdade e inaptos a entender e promover políticas e práticas empáticas aos grupos em desvantagem social.

É importante destacar que as várias vertentes das teorias de gênero compõem base para prática política do feminismo e que, inevitavelmente, o conceito de gênero intercepta outras características como raça, classe social e orientação sexual. Entretanto, é possível afirmar que todas possuem uma característica comum quando se trata do empoderamento do olhar feminino sobre o mundo e as relações sociais. Nesse sentido, esse artigo pode e deve ser considerado feminista, estando baseado em três suposições: a primeira é que o feminismo assevera que as mulheres têm algo valioso para contribuir em todos os aspectos do nosso mundo; a segunda é que, como um grupo que vive a opressão, as mulheres enfrentam frequentemente barreiras ao tentar desenvolver totalmente seus potenciais ou ao tentar obter os benefícios de plena participação na sociedade; a terceira, e última, é que essa situação deve mudar, e essa mudança deve começar tanto na esfera privada quanto pública, sob diversos tipos de ativismo, desde a formulação de políticas de diversidade nos governos e empresas, até em ações individuais diárias (Ropers-Huilman, 2011).

## **2.2 Desenvolvimento Econômico e Mulheres**

O impacto da disparidade de gênero no crescimento econômico emergiu como uma importante área de pesquisa nas últimas duas décadas e há evidências consideráveis de que a desigualdade de gênero na educação age como um significativo impedimento ao crescimento econômico (Hill e King, 1995; Dollar e Gatti, 1999; Klasen e Lamanna, 2002). Assumindo que as habilidades e capacidades são identicamente distribuídas entre ambos os sexos e que o custo de investimento em educação também é distribuído simetricamente, o acesso restrito à educação por parte das mulheres faz com que as mulheres com baixo custo de investimento no desenvolvimento de habilidades sejam substituídas por homens com um custo relativamente maior, sendo eles maioria no mercado de trabalho. Como resultado, o custo médio de investimento em habilidade aumenta para qualquer nível de capital humano, sugerindo um declínio na qualidade média de capital humano comparada a um hipotético estado de igualdade de oportunidade. Portanto, uma melhora na desigualdade de gênero na educação

pode elevar a qualidade de capital humano disponível e, conseqüentemente, a taxa de crescimento (Mitra, Bang e Biswas, 2015).

Além disso, se considerarmos a educação de homens e mulheres como entidades separadas e assumirmos que o impacto marginal de ambos os tipos de capital humano no crescimento econômico é sujeito a retornos decrescentes, a disparidade de gênero significa que os retornos marginais em educação das mulheres são maiores do que para os homens. Então, uma melhora que aumentasse a realização educacional de mulheres deveria também crescer na produção e crescimento (Knowles, Lorgelly and Owen, 2002).

A educação nos leva também ao mercado de trabalho, a sistemática exclusão das mulheres dos postos de trabalho remunerados e formais reduz a produtividade da força de trabalho por substituir mulheres mais produtivas por homens com produtividade relativa menor. Desse modo, uma melhora na participação de mulheres na força de trabalho deveria aumentar a própria produtividade do trabalho e a taxa de crescimento (Esteve-Volart, 2004). Outra consequência seria também o próprio aumento da renda domiciliar, e a percepção disso poderia reduzir o incentivo da família no momento de decidir priorizar os meninos em relação à alocação de recursos, levando a uma próxima geração com menores assimetrias de gênero na educação e também a diminuições de problemas que mães sem acesso à educação sofrem, como melhora na saúde das crianças.

## 5. Bibliografia:

ALLAN, E. (2011). Framing women's status through multiple lenses. In Elizabeth Allan Women's Status in Higher Education: Equity Matters (pp. 15-35). San Francisco, CA: Jossey-Bass.

BEAUVOIR, S. (1952). *The Second Sex* London: Vintage Books.

BECKMANN, D. MENKHOFF, L. (2008). Will Women Be Women? Analysing the Gender Difference among Financial Experts. Discussion papers - School of Economics and Management of the Hanover Leibniz University, No. 391.

BUARQUE, H. (2009). *Diferenças Igualdades - Cap. Gênero: a história de um conceito*. Editora Berlendis.

BUTLER, J. (1990). *Gender Trouble Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

COLLINI, I. P. (2014). *Mulheres no Mercado Financeiro - Um olhar sob a ótica de gênero -Monografia*.

DOLLAR, D. GATTI, R. (1999). "Gender Inequality, Income and Growth: Are Good Times Good for Women?" Policy Research Report on Gender and Development Working Paper No. 1. Washington, DC: World Bank

HARDING, S. (1987). Introduction: Is there a feminist method? In Sandra Harding (Ed.) *Feminism and Methodology* (pp. 1-14). Bloomington, IN: Indiana University Press.

HILL, M. KING, E. (1995). "Women's Education and Economic Well-Being." *Feminist Economics* 1(2): 21-46

KLASEN, S. LAMANNA, F. (2009). "The Impact of Gender Inequality in Education and Employment on Economic Growth: New Evidence for a Panel of Countries." *Feminist Economics* 15(3): 91-132

LAGARDE, C., (2013) "Dare the Difference," *Finance & Development* (June), International Monetary Fund.

LÉVI-STRAUSS, C. (1956). "A família", in: SHAPIRO, Harry: *Homem, cultura e sociedade*, Ed. Fundo de Cultura. São Paulo.

MITRA, A. BANG, J. T. & BISWAS, A. (2015) *Gender Equality and Economic Growth: Is it Equality of Opportunity or Equality of Outcomes?*, *Feminist Economics*, 21:1, 110-135.

ROPERS-HUILMAN, R.; WINTERS, K. T. (2011). *Feminist Research in Higher Education*. *The Journal of Higher Education*, Vol. 82, No. 6 (November/December 2011).

SCOTT, J. (1989). *Gender: a useful category of historical analyses*. New York, Columbia University Press.

STYLES, E. (1996). Curriculum as window and mirror. *Social Science Record*, 1996